

**CEDI**

## Povos Indígenas no Brasil

Fonte: *O Estado*

Class.: 1268

Data: 27.10.84

Pg.: \_\_\_\_\_

### Sché rebate as acusações de D. José. Não há omissão

"Não houve qualquer omissão por parte do Governo do Estado no problema da posse de terras de Sede Trentin/Toldo Chimbangue. O Governador autorizou todas as providências para solucionar o conflito e também para a apuração do atentado contra Wilmar D'Angelis", disse ontem o Secretário Estadual da Segurança Pública, Heitor Sché, respondendo às acusações feitas por Dom José Gomes, Bispo de Chapecó.

Afirmou ainda que se alguma omissão ocorreu, poderia ter sido por parte da SSP, "mas também nego esta hipótese, já que tenho condições de provar o contrário". Desmentiu também a informação de Dom José, de que o Governador teria dito que o assunto era da competência da Polícia Federal.

"O Governador pediu que a SSP entrasse em contato com a Polícia Federal e que procurasse o Decom. Todas as medidas de segurança foram tomadas para garantir a segu-

rança do local", salientou o Secretário, dizendo que não existe possibilidade da SSP proibir a entrada de estranhos na área conflitante, já que isto é de competência da Funai.

Com relação ao atentado contra D'Angelis, Sché afirmou que as investigações iniciaram logo no dia seguinte. "Inclusive o inquérito foi instaurado no dia do crime", lembrou o Secretário, acrescentando que as investigações para desvendar o crime ainda continuam, até que o caso seja solucionado.

Além disso observou que existe todo um efetivo policial na área de Toldo Chimbangue para tentar evitar qualquer conflito maior entre os índios e os colonos. Acusou por último representantes do Cimi — Conselho Indigenista Missionário, de fazer com que novas famílias entrem na área delimitada, contrariando, desta forma, o acordo firmado entre os colonos e a Funai.

### Proprietários romperão acordo com Funai

Chapecó — A questão da posse das terras de Sede Trentin, que envolve índios Caingangues e colonos ali radicados, registrou ontem um fato novo: os proprietários rurais decidiram, em assembléia, que romperão o acordo com a Funai se não forem retiradas as famílias indígenas levadas à área em conflito nos últimos meses.

Os colonos alegam que o acordo verbal definido entre eles, a Funai, o Ministério do Interior e o Governo de Santa Catarina, estabelecia que nenhuma família de índio seria levada ao Toldo Chimbangue, sob nenhum pretexto, para não aumentar o número daqueles que reclamam a posse das terras. Depois de selado o acordo, três novas famílias de descendentes indígenas que viviam em Seara foram levadas ao local onde serão assentados os índios em regime provisório.

Os proprietários rurais vão fixar um prazo para que a Fundação Nacional do Índio retire as famílias excedentes sob pena de ser rompido em definitivo o acordo, situação em que a comunidade indígena ficaria ameaçada de expulsão. Outra decisão dos colonos foi a de não aceitar o pagamento da indenização das lavouras onde os índios foram instalados, alegando que o teor dos recibos elaborados pela Funai é comprometedor.

O Delegado Regional da Funai, João Darcy Ruggieri, antecipou ontem que pedirá aos colonos um prazo para examinar o problema, consultar a presidência da Funai em Brasília, avaliar as consequên-

cias e decidir. Ruggieri desmentiu que tivesse sido a Funai a responsável pela chegada das últimas três novas famílias e assegurou que, em nenhum momento, a Fundação Nacional do Índio desrespeitou o acordo.

O delegado estranhou a alegação dos colonos para não receberem as indenizações. A Fundação iria pagar ontem Cr\$ 14 milhões pelo cultivo, preparo de solo e adubação das áreas pertencentes a sete proprietários rurais de Sede Trentin, com extensão de 122 hectares, onde estão alojados os Caingangues. Não se trata de nenhuma desapropriação mas simplesmente a indenização pelos trabalhos dos agricultores e pela colheita que não terão nessas áreas, que, provisoriamente, são ocupadas pelos nativos.

João Darcy Ruggieri, manifestou grande preocupação em relação ao episódio do atentado à bala contra o coordenador do Cimi (Conselho Indigenista Missionário) e apelou para que "o bom senso e o respeito prevaleçam à violência". O Delegado evitou comentar se a ação do Cimi estaria atrapalhando ou colaborando na solução dos conflitos de Sede Trentin. Preferiu, igualmente, não comentar qual o modelo de solução que considera mais apropriada para o caso.

O Delegado assegurou que a decisão — objeto de análise e estudo de comissão interministerial — sairá no final do ano ou início do próximo. Desautorizou as versões segundo as quais a Funai iria decidir somente depois da mudança do Governo Federal.